


Prezados:

Iniciamos o informativo do mês de julho com a matéria do departamento Fiscal referente ao evento de integração da NFC-e.

Seguimos com o departamento Pessoal trazendo o artigo do gov.br sobre o PPP eletrônico e finalizamos com a matéria do departamento Contábil referente aos programas para renegociação de dívidas.

Finalizamos nosso informativo mensal com a atualização das tabelas, indicadores e avisos assim como das obrigações para o mês de julho.



Clóvis da Rocha
Diretor

ACESSE NOSSO SITE.



Receita Estadual participa de evento sobre integração da NFC-e com meios de pagamento

Departamento Fiscal

A Receita Estadual participou, na quarta-feira (14/06), do evento **Fecomércio-RS Debate**, que abordou a obrigatoriedade da integração entre a **Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e)** e os **meios de pagamento eletrônicos, como as máquinas de cartão**, utilizados em operações com mercadorias. O encontro, realizado na sede da Fecomércio, reuniu especialistas do Fisco gaúcho e de entidades para debater e detalhar a forma de implementação e as implicações do **Decreto nº 56.670/23**, que regulamentou a medida.

O objetivo da nova regra é integrar as operações de pagamentos com máquinas de cartão à emissão da nota – ou seja, viabilizar a impressão do documento fiscal no momento da compra, de modo que o contribuinte não precise solicitar a emissão do comprovante. Além de promover simplificação, a medida incentiva a conformidade tributária e fortalece o combate à sonegação e à concorrência desleal.

“Toda mudança gera algum desconforto, dúvidas para os setores com suas peculiaridades, mas estamos abertos ao diálogo, sempre visando construir soluções que promovam simplificação e conformidade. Nosso propósito é encontrar a melhor forma de fazer e gerar valor público para a sociedade”, destacou Luis Fernando Crivellaro, subsecretário adjunto da **Receita Estadual**, na abertura do evento.

No primeiro painel, os palestrantes Edison Moro

Franchi, subsecretário adjunto da Receita Estadual, e Pedro Alves Rodrigues Netto, responsável pela gestão da NFC-e na Divisão de Tecnologia e Informações Fiscais (Dtif), detalharam os aspectos técnicos e a finalidade da iniciativa e o contexto de eliminação de diversos grupos de mercadorias da Substituição Tributária, medida que aumenta a necessidade de maior controle fiscalizatório no varejo.

“Essa sistemática já vem sendo exigida em outros estados brasileiros e é comum em outros países. É uma medida importante de conformidade e de simplificação, inserida no contexto de viabilizarmos, no futuro, a emissão do documento fiscal como única obrigação do contribuinte”, afirmou Franchi.

O segundo painel contou com a participação de Lúcia da Silva, do Núcleo Jurídico da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (AFRAC), e Edgard de Castro, vice-presidente de relações institucionais da entidade. Os painelistas trataram do conjunto de tecnologias disponíveis para realizar a integração e expuseram exemplos práticos da medida.

O evento foi promovido pela Fecomércio, em parceria com a Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS) e apoio do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RS), do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias Informações e

Carazinho
Avenida Flores da Cunha, 2455, Conj. 01
Centro - Carazinho/RS - 99500-000
54 3331.1225

Porto Alegre
Av. Independência, 925 - Sala 1205
Moinhos de Vento - Porto Alegre/RS - 90035-076
51 3094.3900

Atendimento
Segunda a Sexta-Feira
8h às 12h - 13h30min às
18h15min

CRC/RS006664/O-4
CNPJ: 11.468.382/0001-07



Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul (Sescon-RS) e da Federasul.

Comentário Solução: Conforme publicação da IN 016/23 iniciou em 01/04/2023 a obrigatoriedade da emissão do comprovante de transação ou intermediação de vendas ou serviços, **realizados de forma presencial, efetuada com cartões de débito, de crédito, de loja ("private label"), transferência de recursos, transações**

eletrônicas do Sistema de Pagamento Instantâneo e demais instrumentos de pagamento eletrônico, deve estar vinculada à NFC-e emitida na operação ou prestação, mediante interligação com o programa emissor do documento fiscal conforme cronograma.

Fonte: Sefaz/RS

Calendário de Implementação

Início - 01/04/23 - supermercados, hipermercados e minimercados e cujo faturamento da **empresa** em 2022 tenha sido superior a R\$1,8 milhões.

Início - 01/07/23 - estabelecimentos cujo faturamento da **empresa** em 2022 tenha sido superior a R\$720 mil.

Início - 01/10/23 - estabelecimentos cujo faturamento da **empresa** em 2022 tenha sido superior a R\$ 360 mil.

Início - 01/01/24 - para os **demais estabelecimentos**.

* A soma do faturamento de todos os estabelecimentos do contribuinte localizado no Estado;

* Se início de atividades em 2022, a proporcionalidade dos valores de faturamento ao número de meses ou fração de mês de atividades no ano.

Fonte: Receita Estadual RS

Disponibilização do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) Eletrônico



Imagem: Freepik

O **Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)** será emitido exclusivamente em meio eletrônico para todos os segurados empregados, trabalhadores avulsos e cooperados vinculados às cooperativas de trabalho ou de produção, independentemente do ramo de atividade da empresa e da exposição a agentes prejudiciais à saúde, em atendimento à **Portaria/MTP nº 313/21**, alterada pela **Portaria nº 1.010/21**, a partir de 01/01/2023.

O PPP será gerado a partir das informações declaradas nos eventos de **Segurança e Saúde no Trabalho (SST)** no **Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial)**.

Para períodos trabalhados a partir de 01/23, o **PPP em meio eletrônico substitui o PPP em meio físico** para comprovação de

direitos junto ao **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**, não se admitindo o PPP físico para períodos trabalhados a contar dessa data.

Considerando a necessidade de incorporar as alterações da versão **S-1.1 do eSocial**, o PPP eletrônico estará disponível para visualização do segurado no **site ou aplicativo Meu INSS** a partir de 16/01/23, data da implantação da referida versão.

Fonte: Gov.br



Programas de renegociação de dívidas que você pode aderir

Pessoas físicas e jurídicas com dívidas podem contar com programas de renegociação para reduzir o montante devido por meio da redução de juros. Além disso, a regularização proporciona um alívio financeiro.

Veja a seguir alguns dos programas abertos para a adesão

Desenrola Brasil

O Desenrola Brasil, previsto para começar em julho, contará com duas categorias de renegociação de dívidas.

A categoria 1 será destinada à renegociação de dívidas de até R\$ 5 mil para indivíduos que estejam registrados como inadimplentes até 31 de dezembro de 2022 e que recebam até dois salários mínimos (R\$ 2.640) ou estejam cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Por outro lado, a categoria 2 abrangerá pessoas com dívidas em instituições bancárias, oferecendo a possibilidade de renegociação direta com a respectiva instituição financeira.

O governo planeja beneficiar mais de 70 milhões de pessoas, proporcionando a renegociação de até R\$ 100 bilhões em dívidas.

Transação tributária

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou um novo edital de transa-

ção tributária com novas possibilidades de negociações de dívidas tributárias com descontos e prazos ampliados.

A adesão ao edital pode ser feita a partir de 1º de junho até 29 de setembro.

Entre as opções de renegociação estão:

Transação de Pequeno Valor: possibilita a negociação de dívidas tributárias para pessoas físicas, microempreendedores individuais, pequenas empresas e microempresas, desde que o valor total não ultrapasse 60 salários mínimos, o que equivale a R\$ 79.200.

Transação Conforme a Capacidade de Pagamento: disponível para contribuintes com dívidas de até R\$ 50 milhões. Os benefícios oferecidos nessa modalidade são concedidos com base na classificação do contribuinte, onde apenas aqueles classificados como C ou D poderão obter descontos e prazos mais longos.

Os contribuintes classificados como A ou B ainda podem aproveitar outros benefícios, como uma entrada facilitada e descontos nos acréscimos legais.

Transação para Débitos de Dífícil Recuperação ou Irrecuperáveis: categoria que abranja contribuintes cujas dívidas se enquadrem em condições específicas, como débitos inscritos há mais de 15 anos, suspensos por decisão judicial há mais de 10 anos, ou de titularidade de pessoas jurídicas em situações especiais.

Transação de Inscrição Garantida por Seguro Garantia ou Carta Fiança: a PGFN poderá negociar os débitos após a decisão definitiva desfavorável ao contribuinte, desde que estejam garantidos por seguro garantia ou carta fiança.

Fonte: Portal Contábeis

Fique de Olho nas Novidades!

Quer ficar sempre em dia com as principais notícias do mundo dos negócios?
Então não perca mais tempo!

Acompanhando as redes sociais Solução você fica sempre informado sobre as mudanças e novidades no mundo corporativo.

ACESSE AQUI E DESCUBRA MAIS!





Contribuições ao INSS

Salário de Contribuição	%
Até um salário mínimo R\$ 1.302,00	7,50
De R\$ 1.302,01 a R\$ 2.571,29	9,00
De R\$ 2.571,30 a R\$ 3.856,94	12,00
De R\$ 3.856,95 a R\$ 7.507,49	14,00

Fonte: Jornal do Comércio - 20/06/23

Salário Família

Até R\$ 1.745,18	R\$ 59,82
Acima de R\$ 1.745,18 não tem direito	

Fonte: Jornal do Comércio - 20/06/23

Aluguel (indicador Junho/23)

IPC (IEPE)	5,18
INPC (IBGE)	3,74
IPC (FIPE/USP)	4,29
IGP-DI (FGV)	-5,49
IGP-M (FGV)	-4,47
IPCA (IBGE)	3,94
Média INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV)	-0,88

Válida para imóveis residenciais e não residenciais com período anual. Os índices desta tabela mostram o acumulado de 12 meses

Fonte: Jornal do Comércio - 20/06/23

Salário Mínimo

Nacional R\$ 1.302,00			
Regional/RS	R\$ 1.443,94*	Regional/SC	R\$ 1.521,00*
Regional/RS	R\$ 1.477,18*	Regional/SC	R\$ 1.576,00*
Regional/RS	R\$ 1.510,69*	Regional/SC	R\$ 1.669,00*
Regional/RS	R\$ 1.570,36*	Regional/SC	R\$ 1.740,00*
Regional/RS	R\$ 1.829,87*		

*Cada faixa atende categorias específicas

Fonte: Jornal do comércio e LC nº 825/23 - 20/06/23

Tabela Progressiva IRPF

Base de Cálculo em R\$	%	Parc. a Deduzir
Até R\$ 1.903,98	Isento	-
De R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65	7,5	R\$ 142,80
De R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05	15	R\$ 354,80
De R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5	R\$ 636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,5	R\$ 869,36

Fonte: Jornal do Comércio - 20/06/23

OBRIGAÇÕES COM VENCIMENTO NO MÊS DE JULHO 2023

Empresas optantes pelo Lucro Real ou Lucro Presumido

Venc.	Data Limite	Discriminação	Venc.	Data Limite	Discriminação	Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários	15	17	INSS - Contribuinte Individual/Segurado Facultativo	25	25	IPI
5º dia útil	6	Salários	20	20	Contribuições Retidas na fonte (CRF)	25	25	PIS e COFINS
7	7	FGTS	20	20	IRRF - Sobre Aluguel, Serviços Prestados e Folha de Pagamento	25	25	Parcelamento ICMS
7	7	DAE Empregador Doméstico	20	20	FUNRURAL	31	31	CSLL e IRPJ Mensal
9	10	ICMS Substituição Tributária	20	20	DCTFWeb	31	31	CSLL e IRPJ Quotas - Trimestral
12	12	ICMS Próprio - Comércio	20	20	ISS - Retido Carazinho	31	31	Parc. federais em geral
12	12	ICMS Próprio - Industrial	20	20	PIS e COFINS - Entidades Financeiras e Equiparadas			

Empresas optantes pelo Simples Nacional

Venc.	Data Limite	Discriminação	Venc.	Data Limite	Discriminação	Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários	20	20	DCTFWeb	31	31	Parc. Simples Nacional
5º dia útil	6	Salários	20	20	IRRF - Sobre aluguel, Serviços Prestados e Folha de Pagamento	31	31	Parc. Federais em Geral
7	7	FGTS	20	20	ISS - Retido Carazinho			
7	7	DAE Empregador Doméstico	20	20	Simples Nacional			
15	17	INSS - Contribuinte Individual/Segurado Facultativo	23	24	ICMS - Diferencial de Alíquotas			
19	19	Contribuições Retidas na Fonte (CRF)	25	25	PIS - Faturamento/Folha de Pagamento			
20	20	FUNRURAL	25	25	Parcelamento ICMS			

Sollution People

O aplicativo de gestão que facilita as rotinas do departamento pessoal das empresas.

Empregamos as **tecnologias mais modernas** do mercado para tornar o dia a dia de sua organização **mais simples, ágil e principalmente eficaz!**

Com o App **Sollution People** sua equipe de **DP e RH** possui muito mais tempo para realizar a **gestão e treinamentos da equipe**, o que entendemos ser o **grande diferencial das empresas** no relacionamento com as pessoas.

Nf's Emitidas por Optantes pelo Simples

As notas fiscais emitidas pelas Empresas de Pequeno Porte e Microempresas não deverão conter destaque de ISS e/ou IPI. Deve constar na nota a seguinte informação:

I - Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional;

II - Não gera direito a crédito fiscal de ISS e/ou IPI.

ICMS no Simples Nacional

A empresa vendedora optante do regime Simples Nacional, pode gerar crédito para empresa compradora da categoria geral desde que seja informado dentro do XML da nota, nas TAGs: <CSOSN>, <pCredSN> e <vCredICMSN> cfe (RESOLUÇÃO CGSN Nº 140, de 2018, Art. 60, §5º).

O percentual se refere à média de ICMS pago pela empresa no momento de recolhimento do Simples Nacional, enquanto se mantiver nesse regime.

Este percentual deve ser consultado mensalmente no Portal da Sollução na área Fiscal > Consulta Alíquota Simples N.

Cartão Ponto

Os estabelecimentos que possuem mais de **20 empregados** estão obrigados à marcação de ponto. Poderá ser feita mecanicamente, pelo uso de relógio ponto, eletronicamente, por computador ou manualmente.

Se escolhido o registro eletrônico de ponto, o empregador deverá observar todas as determinações da **Portaria MTP nº 671/2021**, as quais passaram a ser exigidas a partir de 10.02.2022. Orientamos também as empresas com menos de 20 funcionários, que façam a marcação de ponto, para uso em eventuais litígios trabalhistas.

Avisos importantes

Departamento Pessoal

As informações deverão ocorrer nos prazos abaixo descritos:

- Admissões: 2 dias antes do funcionário iniciar suas atividades na empresa, munido dos documentos necessários e atestado admissional;
- Reajuste de salário: No dia que ocorrer;
- Alteração de função: No dia que ocorrer, juntamente com o atestado de alteração de função;
- Atestado de afastamento: Informar no portal em 24h do afastamento;
- Solicitações de rescisões: No dia que ocorrer;
- Solicitações de férias: 30 dias antes de iniciar as férias do funcionário;
- Cartões ponto e listagens extras: Até o dia 02 do mês subsequente.

A Sollução Contabilidade sempre preocupada com o meio ambiente, adota medidas para fortalecer a natureza, uma delas é a utilização de papel reciclável para o informativo.



Política da Qualidade:

A Sollução, reconhece o Sistema de Gestão da Qualidade como principal ferramenta para o monitoramento dos processos na produção de informações contábeis úteis, objetivando a melhoria constante, o desenvolvimento dos colaboradores e consequentemente a satisfação de seus clientes.